

Comissão para hantavirose

MARIA FERRI

DA EQUIPE DO CORREIO

O Ministério Público do Distrito Federal fiscalizará as ações da Secretaria de Saúde no combate à hantavirose. Numa audiência pública na tarde de ontem com representantes da Secretaria de Saúde, deputados distritais e técnicos do Ministério da Saúde, promotores decidiram criar um grupo permanente para acompanhar os trabalhos de prevenção da doença e prometem rigor caso as recomendações do Ministério Público sejam descumpridas.

A primeira reunião do grupo já tem data marcada: na próxima sexta-feira, às 9h, na sala de reuniões do MP. Até lá, serão escolhidos os integrantes da comissão permanente. Além de promotores, devem participar do grupo membros da Secretaria de Saúde, Câmara Legislativa, Ministério da Saúde, Conselho Regional de Medicina e sociedade civil.

"Já no primeiro encontro fixaremos prazos", informa o promotor Ricardo de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus). "Se nossas orientações não forem cumpridas, podemos propor ações e outras medidas judiciais para que sejam colocadas em prática", avisa.

Os promotores determinaram ainda a revisão da campanha publicitária sobre os cuidados contra a contaminação. Eles sugerem

que a secretaria oriente a população a não capturar de roedores silvestres nem promover queimadas. O governo também deve promover a desinfecção das casas e informar as atividades de risco, recomendam os integrantes do Ministério Público.

"A propaganda veiculada é perversa. As informações estão tecnicamente erradas e não concordam com a postura do secretário de Saúde, que está fazendo política em cima de tragédias", critica Diaulas Ribeiro, da Promotoria de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde (Pró-Vida). "A cartilha distribuída limita a hantavirose como um problema rural. O governo deve mudar isso devido à quantidade de casas em regiões periurbanas e ainda promover encontros para esclarecer as dúvidas da população", complementa a promotora Alessandra Queiroga, da Prosus.

Campanha preventiva

O subsecretário de Atenção à Saúde, Mário Sérgio Nunes, discorda das críticas. "O material publicitário é elaborado por técnicos da secretaria com o apoio do Ministério da Saúde", defende. Ele admite a possibilidade de agregar informações à campanha. A assessoria de imprensa do secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, informou que ele não responderá às declarações de Diaulas Ribeiro.

Os promotores cobram também a realização de estudos para levantar se existe um desequilíbrio ecológico no DF. "A natureza está dando o troco, porque o habitat dos ratos foi invadido pelas ocupações irregulares", opina Diaulas Ribeiro. Presentes na audiência, os distritais Chico Leite (PT), Chico Floresta (PT), e Eliana Pedrosa (PFL), compartilham da mesma opinião. O porta-voz do governo, Paulo Fona, critica posição dos distritais e do MP. "É triste que os deputados e promotores não percebam a seriedade do problema e transformem o surto em palco para tentar aparecer junto à opinião pública", rebate.

O MP cobra ainda a implantação do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) até 30 de agosto, para que todas as causas de morte sejam investigadas.

Cadu Gomes



RICARDO DE SOUZA, DA PROSUS: MP VAI FICAR ATENTO A AÇÕES DO GOVERNO

GOVERNADOR DEFENDE AÇÃO

O governador Joaquim Roriz disse ontem que está fazendo "tudo o que pode ser feito materialmente" para acabar com a hantavirose no DF. Ele lembrou que mais de 1,5 mil homens estão trabalhando na operação de combate à doença, quase mil só do Corpo de Bombeiros. Para ele, a situação deve se normalizar em breve. "Dentro de poucos dias eu quero dizer que nós vamos erradicar completamente este mal", comentou.

PROPOSTAS

✓ Criação de um grupo permanente para acompanhar as ações de combate à hantavirose. Participarão integrantes do Ministério Público, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Câmara Legislativa, Ministério da Saúde, Conselho Regional de Medicina e sociedade civil.

✓ Revisão da campanha publicitária. Os promotores sugerem que a secretaria oriente a população a não capturar roedores silvestres nem promover queimadas, a realizarem a desinfecção das casas, bem como informar as atividades de risco.

✓ Realização de estudos para

identificar se existe um desequilíbrio ecológico no DF, se a eliminação de capim é suficiente para diminuir a superpopulação de roedores, e se a distribuição de máscaras é possível e recomendável.

✓ Implantação do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) até 30 de agosto.